

GEOGRAFIA E GEOPOLÍTICA NA BOLÍVIA REVOLUCIONÁRIA

Edu Silvestre de Albuquerque¹

Fecha de recepción: 30 de Julio de 2009.

Fecha de aceptación: 1 de Octubre de 2009.

RESUMO: Na Bolívia, o esforço geopolítico de capturar toda a complexidade geográfica de um território e de uma sociedade não é tarefa fácil. São três compartimentações geográficas físicas bastante distintas, com elementos etno-linguísticos, costumes e cultura institucional específicos. Desconfianças internas entre os distintos grupos indígenas e criollos que alimenta tanto o sentimento nacionalista a partir do altiplano quanto o sentimento autonomista regional de Santa Cruz de La Sierra. Assim, não causa estranhamento as sucessivas guerras civis e golpes de Estado na Bolívia, nem as dificuldades das empresas estadunidenses, européias e brasileiras na exploração das ricas jazidas minerais bolivianas.

Palavras-Chave: Geopolítica – América do Sul – Bolívia.

RESUMEN: En Bolivia, lo esfuerzo geopolítico para captar la complejidad de un territorio geográfico y de una sociedad no es tarea fácil. Tres particiones físicas geográficas muy diferentes, con elementos de la etno-lingüística, las costumbres y la cultura institucional específico. La desconfianza interna entre los diferentes grupos indígenas y criollos que se alimenta tanto el sentimiento nacionalista del altiplano y el sentimiento de región autonomista de Santa Cruz de la Sierra. Por lo tanto, lo que resulta es guerras civiles sucesivas y golpes de Estado en Bolivia, y las dificultades de las empresas de EE.UU., Europa y Brasil en la explotación de ricos yacimientos minerales de Bolivia.

Palabras clave: Geopolítica - América del Sur - Bolivia.

¹ Professor de Geopolítica da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil.

Introdução

No transcurso do século XX as nações latino-americanas implementaram diversos modelos de desenvolvimento industrial na expectativa de superarem o atraso em relação aos países centrais. O *varguismo* no Brasil e o *peronismo* na Argentina ilustram esse momento histórico a partir das duas maiores economias sul-americanas e, em termos regionais, a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio e, mas tarde, da ainda vigente Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi)².

Por outro lado, a estrutura econômica internacional tem representado para os países que chegaram depois um poderoso obstáculo ao desenvolvimento industrial e tecnológico, especialmente em razão da necessidade crescente de capitais para a instalação de empresas competitivas internacionalmente (KURZ, 2001). Daí que as mudanças na divisão internacional da produção ocorridas à partir da segunda metade do século passado, lograram nos países periféricos apenas o desenvolvimento de indústrias tradicionais ou *non gratas* nas sociedades desenvolvidas pelos impactos ambientais e sociais (LIPIETZ, 1988).

Diante desses fatores estruturais históricos e a necessidade de repensar os erros cometidos por governos politicamente autoritários que conduziram os projetos desenvolvimentistas latino-americanos, a eleição de governos nacionalistas e de centro-esquerda pelas sociedades locais no início deste século merece uma análise mais detalhada e conjunta.

Inicialmente, a vitória eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999, parecia fenômeno isolado, uma vez que nacionalismo e esquerdismo eram consideradas ideologias extintas no continente. Apesar da imagem que a mídia e os grupos conservadores latino-americanos produzem de Chávez como caricatura *light* do líder

² A Organização das Nações Unidas também instituiu a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), visando discutir caminhos para o desenvolvimento dos países da região.

cubano Fidel Castro, ingressa em 2007 no pleno vigor de seu terceiro mandato presidencial. E desta vez veio acompanhado de novos aliados que também venceram as eleições de 2006 na Bolívia, no Equador (Correa venceu ao plutocrata Noboa) e na Nicarágua (com a vitória do sandinista Daniel Ortega). Destes, a vitória mais expressiva foi, sem dúvida, a de Evo Morales, primeiro presidente indígena da história boliviana.

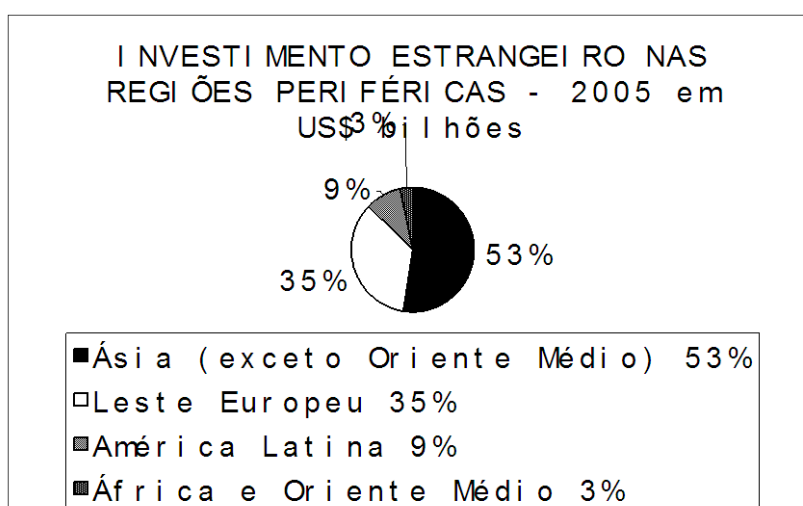
Nesse contexto, a experiência revolucionária boliviana tem ficado em grande parte obscurecida pela mídia internacional em razão do sensacionalismo em torno do populismo nacional-esquerdista de Chávez na Venezuela. Assim, espera-se aqui explicitar as universalidades e particularidades do processo político boliviano, analisando as possibilidades e limites da revolução democrática boliviana a partir da diversidade geográfica do país e da visão geopolítica interna e externa de seu Estado e camadas dirigentes.

O declínio da influência estadunidense na América Latina (ou a América Latina é agora quintal de quem?)

Desde a Doutrina Monroe (1823) que a política estadunidense para a América Latina tem se caracterizado pelo amplo domínio econômico e intervencionismo político e militar frequentes. Durante mais de 150 anos o Sistema Interamericano foi prioridade externa dos Estados Unidos, que implementou todas as formas imagináveis de barganha e, quando esta não surtia efeito, de ingerência em questões políticas internas dos países latino-americanos e até invasão militar. É verdade que essa aliança diplomática com os países da região começou a dividir cada vez mais espaço com Europa Ocidental e Japão no pós Segunda Grande Guerra, como estratégia estadunidense de contenção mundial do comunismo soviético. Mas ainda havia espaço para os projetos nacional-desenvolvimentistas dos países da região, desde que não muito ambiciosos.

Já o fim da Guerra Fria colocou as relações América Latina – Estados Unidos de “pernas para o ar”, com a volta de governos nacionalistas e centro-esquerdistas por toda a região desde uma década atrás, e cujo ápice ocorre com a reincorporação de Cuba à Organização dos Estados Americanos (OEA) agora em 2009, tudo à revelia do governo estadunidense.

Em realidade, desde os anos 80 que a deterioração das condições econômicas da América Latina sinaliza a perda de importância da região para os Estados Unidos, cada vez mais preocupados em redirecionar investimentos para as ex-economias socialistas. Com efeito, a derrocada do socialismo soviético já vinha sendo estimulada pelos Estados Unidos ao direcionar investimentos para a China e os Tigres Asiáticos. E com esse objetivo alcançado, agora também o Leste Europeu passa a concorrer diretamente com a América Latina por recursos externos, direcionados para consolidar as mais novas “economias de mercado” e formar aliados na região (Ver Gráfico).



Fonte: Instituto de Finanças Internacionais (IIF).

Enquanto a presença estadunidense declina na América Latina, os países da Europa Ocidental têm ampliado significativamente a presença econômica na região. O setor de telefonia latino-americano experimentou acelerada modernização com os investimentos de empresas de capital espanhol. Bancos privados locais também foram incorporados por poderosos grupos financeiros europeus. Entretanto, as relações comerciais dos europeus com a América Latina continuam a reproduzir o antigo e anacrônico modelo colonial de troca de produtos industrializados e tecnologia por produtos primários.

Aliás, a retomada do crescimento econômico latino-americano a partir do final dos anos 90, após quase duas décadas de estagnação, está diretamente relacionada às necessidades dos mercados internacionais de *commodities* energéticas (petróleo e gás), agropecuárias e minerais (prata e estanho), que fizeram as cotações dos produtos

primários dispararem. Resta precisar até quanto a expansão do consumo chinês por matérias-primas e alimentos poderá sustentar esse revigoramento econômico latino-americano.

Paradoxalmente, são os Estados Unidos que ainda acenam com alguma abertura de mercado aos produtos industrializados latino-americanos, e cujas estruturas industriais ajudaram a montar como barganha para conter a influência comunista na região. Evidentemente que essa é uma abertura de mercado restrita, não abrangendo produtos de maior conteúdo tecnológico nem força de trabalho. Ao contrário, a fronteira com os povos ao sul do Rio Grande tem sido fortalecida, e as barreiras ao desenvolvimento tecnológico autônomo da América Latina se ampliado. Nesse aspecto, são inúmeros os exemplos nas últimas duas décadas, desde as exigências estadunidenses para que Argentina e Brasil aderissem ao TNP e ao MTRC, pressão para a derrubada da lei de informática brasileira, proibição da venda de materiais militares produzidos na região para governos “não confiáveis” (como Iraque e Líbia ontem e Venezuela hoje)³.

Para onde caminha a América Latina?

A diplomacia brasileira recente tem buscado obstinadamente expandir o processo integracionista do Mercosul (Mercado Comum do Sul) para o conjunto sul-americano, representando o principal projeto alternativo à proposta estadunidense de formação da Alca (Área de Livre-Comércio das Américas) (FIORI, 2007). Entretanto, a ênfase na retomada de modelos desenvolvimentistas nacionais em países da região tem dificultado profundamente a aceleração dessa proposta brasileira.

Uma América Latina dividida interessa fundamentalmente aos Estados Unidos, mas também aos europeus, japoneses e chineses. Com a competição inter-capitalista assentada na lógica de blocos econômicos, os modelos desenvolvimentistas nacionais

³ Os países da região sofreram pressão da “comunidade internacional” para assinarem o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. Mais recentemente, o governo dos Estados Unidos proibiu suas empresas de vender componentes para os sistemas inteligentes do veículo lançador de satélites brasileiro. Numa frente diplomática buscou convencer o governo brasileiro da desnecessidade de desenvolver conjuntamente satélites de sensoriamento remoto com os chineses (Brigagão, 1996), que bem lembra aos brasileiros as tentativas estadunidenses, na década de 70, de reverter o acordo nuclear Brasil-Alemanha para fins pacíficos. As vendas da indústria bélica brasileira para o Iraque de Sadam Hussein também foram embargadas, assim como atualmente a brasileira Embraer não recebeu autorização dos Estados Unidos para vender seus aviões de treinamento militar *Tucano* (que contém tecnologia de empresas estadunidenses) para a Venezuela de Chávez.

tornam-se escalas pouco efetivas. Por que então renascem com força entre as nações latino-americanas?

Talvez o recurso à história do populismo na América Latina possa contribuir ao debate. As origens do populismo remetem à década de 1930, quando diversas formas de aliciamento das classes populares foram postas em prática nos países da região, numa tentativa de controle político das massas formadas dos processos urbano-industriais nacionais. Em comum, os sistemas políticos implantados na região obedeciam a uma hierarquia rígida e personalista a partir da liderança do Chefe do Executivo até os mandatários locais. Curiosamente, nacionalistas e esquerdistas latino-americanos puderam dar as mãos em nome de um discurso ideológico carregado de anti-estadunidismo, ainda que os rompimentos com os interesses estadunidenses tenham sido temporários e quase sempre apenas pontuais.

Assim como em meados do século passado, novamente a perpetuação no poder está na ordem do dia para os *chavistas*, cuja imagem carismática de seu líder é sustentada pelos generosos programas sociais de cunho assistencialista, mas também pelo forte discurso anti-estadunidense e medidas sensacionalistas de encampação de algumas empresas estrangeiras, tudo para catalisar o apoio popular. O populismo *chavista* recorre também ao discurso bolivariano (do libertador Simon Bolívar) de unidade latino-americana, e trata de pôr em marcha um projeto político que colide diretamente com o projeto brasileiro para a região.

O projeto *chavista* iniciou seu nacionalismo estatizante pelo setor petrolífero, estimulado pelo extraordinário aumento do preço internacional do petróleo. Aproveitando o amplo apoio popular das urnas (o boicote da oposição foi um enorme fracasso), anunciou ainda nos primeiros dias de 2007 a encampação dos setores de telefonia e eletricidade. Essa é sua base infra-estrutural imaginada para o projeto interno de “socialismo do século XXI”, que inclui a pitoresca troca de nome do país para República Socialista da Venezuela.

O *boom* do petróleo financia também a projeção da influência de Chávez pela região. Para apoiar o novo governo da Nicarágua, frente política formada por ex-sandinistas, oferta petróleo e acena com o perdão da dívida externa com a Venezuela.

Com a Bolívia, garantiu através da estatal petrolífera venezuelana PDVSA investimentos e apoio técnico para substituir as posições da estatal brasileira Petrobras no desenvolvimento do setor petrolífero boliviano.

Assim, Morales pôde endurecer nas negociações com o Brasil visando o reajuste do preço do gás exportado pelo Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Em troca, Chávez prometeu uma refinaria da PDVSA em Recife, no Nordeste brasileiro, e justamente a terra natal de Lula, mas que acabou não se confirmando. Chávez também tem **anunciado auxílio para** bancar um mega-gasoduto sul-americano, desde as ricas reservas venezuelanas de gás natural até as áreas industrializadas de Brasil e Argentina.

No Equador, o nacionalista Rafael Correa venceu as eleições com um discurso de esquerda e com o apoio explícito de Hugo Chávez, e sua agenda também incluiu a revisão dos contratos com companhias petrolíferas estrangeiras, inclusive a Petrobras. Como se percebe, a maré não está nada boa para os interesses empresariais estrangeiros nos Andes.

Apesar desses revezes, o governo social-democrata de Lula no Brasil continua manifestando discreto apoio aos novos governos nacionalistas e de centro-esquerda, inclusive Chávez e Morales. É preciso lembrar que as políticas assistencialistas do próprio governo brasileiro também muito se assemelham à certas práticas populistas que atualmente voltam à varrer a América Latina

Outro ponto em comum entre Chávez e aliados é a bandeira do anti-estadunidismo explícito, que poderia se traduzir numa maior participação da Bolívia e da Venezuela num Mercosul anti-Alca, e em breve com a adesão do Equador. A questão é saber se o atual modelo de comércio regional aberto do Mercosul interessará de fato aos novos membros andinos, tradicionalmente de economias mais fechadas. Até porque não parece haver sinais de que entre os atuais membros do Mercosul se deseje retroceder a um bloco econômico fechado.

A assinatura de um acordo militar Venezuela-Bolívia também preocupa Washington, bem como ao Chile, que mantém regiões subtraídas militarmente dos

bolivianos desde a Guerra do Pacífico (1879-1880)⁴. E não fosse o isolamento chileno em relação aos vizinhos⁵, a própria eleição de Michelle Bachelet no Chile poderia representar o reforço de uma alternativa social-democrata ao modelo *chavista*.

Mas falar em ruptura com os Estados Unidos seria enorme exagero, pois todos os países da região continuam dependentes de capitais e tecnologias externas, e nem as encampações venezuelanas são suficientes para reverter esse quadro de dependência estrutural. O “socialismo do século XXI” venezuelano não abrange a “economia do conhecimento”, e ainda precisa continuar vendendo combustível para os Estados Unidos para se financiar. Nesse sentido, a radicalização o discurso político latino-americano apresenta evidente conotação de retórica, produto do ressentimento desses países quanto a um certo descaso dos Estados Unidos para com a região.

Mas o processo político e social boliviano é muito distinto do venezuelano, e talvez de todos os demais países da região. Após vencer a tentativa de golpe e neutralizar as ameaças militares internas, Chávez alcançou derrubar toda a oposição interna. Mas Evo Morales convive com uma oposição ruidosa que inclusive buscou minar o processo constituinte boliviano. E ainda que os problemas estruturais sejam os mesmos, o fato de que o aprofundamento do processo revolucionário não ocorra em detrimento da democracia configura uma experiência única boliviana até o momento.

Geografia e desenvolvimento

Ao final da década de 1990, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passou a incorporar em suas análises acerca do desenvolvimento econômico latino-americano a dimensão geográfica. Foram estudados o peso dos fatores geográficos na exclusão de comunidades indígenas e outras minorias raciais, bem como a correlação entre clima/solos e desenvolvimento econômico. O padrão geral identificado foi de associação entre climas temperados e ambientes mais salubres e maior produtividade do solo, e inversamente, entre climas tropicais e doenças endêmicas (como malária e febre

⁴ A guerra foi marcada fundamentalmente pela disputa de ricas jazidas de nitrato entre Bolívia e Peru, de um lado, e Chile de outro. A derrota boliviana significou a perda da província de Atacama, da cidade portuária de Antofagasta e seu único acesso ao mar.

⁵ O Chile é considerado “modelo” de neoliberalismo para a América Latina, por conta do grau de abertura de suas importações. As baixas taxas de importação praticadas pelo país impedem seu ingresso no Mercosul, bem como o acordo comercial preferencial que mantém com os Estados Unidos.

amarela) e solos mais pobres: “*os níveis de renda per capita em 1995 na região apresentam aproximadamente uma forma de U em termos de latitude, com níveis muito mais elevados no sul temperado e um nível mínimo logo abaixo do Equador, na faixa entre 20° de latitude Sul e 0° de latitude*”. (GALLUP et alii, 2007, p. 4).

Mas a Bolívia não pôde deixar de ser lembrada como um exemplo desconcertante, onde é a região tropical de clima úmido mais desenvolvida economicamente que as zonas montanhosas andinas de clima frio e seco (GALLUP et alii, 2007). Mais de metade dos casos de cólera e malária do país são registrados nas planuras tropicais, o que bem atesta as condições insalubres daquele ambiente. Alheia a tudo isto, a Bolívia nega explicitamente quaisquer análises mecanicistas e deterministas entre geografia e desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que tranquilamente afirma uma diversidade geográfica pouco ou nada compreendida pela *intelligentsia* do Estado boliviano e seus sucessivos governos⁶. Com efeito, a geografia e a geopolítica tem andado separadas ao longo da história boliviana, para infelicidade de seu próprio povo.

Ao peregrino que se dirige à Bolívia salta aos olhos a beleza e o contraste das paisagens e a diversidade de povos conforme cruza o país de quaisquer quadrantes. Na região andina existem ricas reservas de petróleo, gás e minérios metálicos. Impressiona também as variedades de batata, milho e frutas e seu cultivo nas íngremes vertentes dos vales andinos (uma variedade de batata ou milho para cada grau de variante de altitude), ambas heranças ainda preservadas do tempo dos gloriosos incas. Nas planícies tropicais solos ricos para a agricultura e favoráveis à mecanização. Essa é a Bolívia cujas condições geográficas e riqueza cultural ainda não foram plenamente aproveitadas para o próprio desenvolvimento da nação.

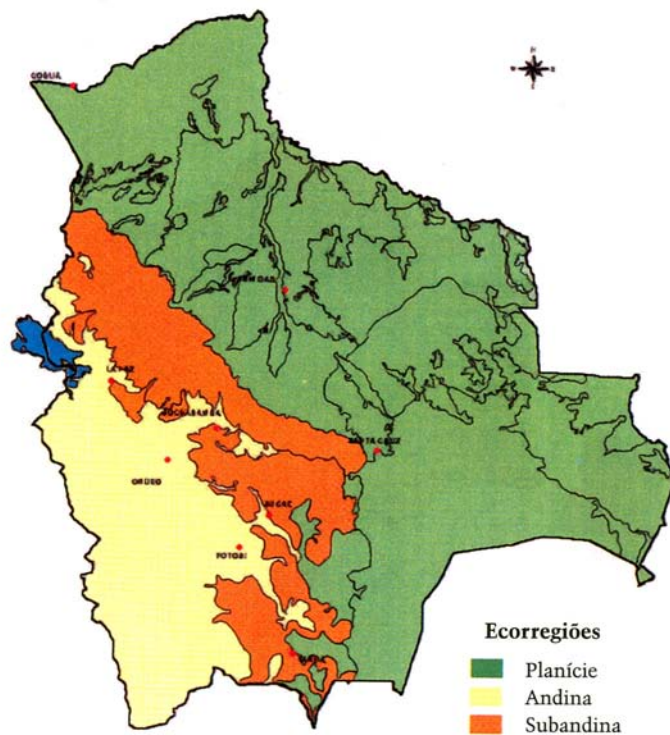
O nacionalismo-indigenista boliviano

O mapa seguinte, reproduzido de GALLUP et alii (2007), retrata a nítida diferenciação da Bolívia em três regiões ecológicas bastante distintas entre si: Andes (Altiplano), Subandes (região dos vales andinos) e Planície (amazônica e tropical). Ao

⁶ Infelizmente, o pensamento econômico hegemônico continua a interpretar fenômenos sociais por meio de relações causa-efeito, ainda longe de compreendê-los a partir de suas múltiplas determinações histórico-geográficas (MARX e ENGELS, 1845; SMITH, 1988; SOJA, 1993).

se cruzar o país no sentido SO-NE, as grandes altitudes andinas com média de 3.700 m vão perdendo a imponência até se chegar às planícies da floresta amazônica e campos cultivados de Santa Cruz, já praticamente ao nível do mar (embora o país não tenha acesso ao mar).

Bolívia: principais regiões ecológicas



Fonte: URQUIOLA et al. (1999).

A diversidade etno-linguística também acompanha essa compartimentação geográfica: o *aymara* é o idioma nativo mais falado na região andina, o *quichua* é mais

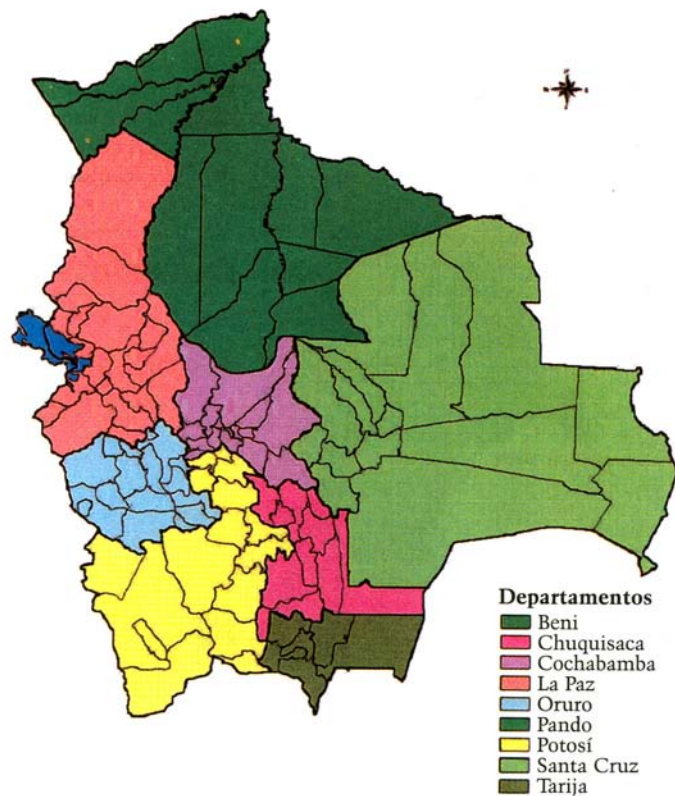
expressivo nos vales, e o *guarani* na planície tropical⁷. Para um estrangeiro compreender a importância dessa complexa clivagem étnica, é elucidativo o episódio da guerra civil entre a *quichua* Sucre e a *aymara* La Paz (1898-1899), a primeira encravada nos vales andinos e capital política da zona de mineração, e a segunda situada nos altiplanos. Os aymaras saíram vitoriosos e transferiram para os altiplanos as funções de governo, mantendo em Sucre apenas o poder judiciário (sede da Corte Suprema de Justiça). Esta ferida permanece aberta até hoje, sendo a proposta de Sucre de retorno do Executivo e Legislativo para a cidade derrotada pelo Congresso Constituinte, onde os grupos de apoio a Evo Morales são majoritários.

A apuração do referendo de janeiro de 2009 de ratificação na nova constituição reforça a permanência dessa clivagem entre os departamentos dos altiplanos (pró-Morales) e da planície, sendo os eleitores mais divididos entre os departamentos dos vales andinos e zonas de mineração. O sim ganhou com mais de 60% dos votos.

A geografia física e a diversidade etno-linguística, mais os costumes e culturas institucionais distintas influenciaram fortemente a organização territorial do sistema político-administrativo boliviano, dividido em 112 províncias e 9 departamentos: Beni, Pando, Santa Cruz, Chuquisaca, Cochabamba, Oruro, Potosí, Tarija e La Paz (Ver mapa abaixo reproduzido de GALLUP et alii (2007)). As diferenças de desenvolvimento econômico e social são profundas mesmo entre departamentos e até províncias vizinhas.

⁷ O espanhol é a língua do comércio entre as distintas regiões bolivianas.

Bolívia: departamentos e províncias



Fonte: URQUIOLA et al. (1999).

A infecunda região andina boliviana, com seu altiplano de altitudes colossais, apresenta níveis de pobreza elevados, desempenho educacional mais baixo e infraestrutura e serviços básicos atrofiados. Vista em seu conjunto, La Paz se assemelha a uma gigantesca “favela” com suas habitações precárias e quase sem espaço entre uma construção e outra. Nesta cidade de pouco mais de 1 milhão de pessoas, a área central é imensamente confusa, com um trânsito caótico e ruas tomadas pelo comércio ambulante (dominado pelas *cholas*). Ainda assim, aquelas planuras que literalmente tocam o céu, cercadas por montanhas e glaciares dos dois ramos da cordilheira dos Andes, é algo espetacular e não seria possível aqui descrever tamanha grandiosidade.



legenda: As *cholas* (aymaras) com suas barracas diante de igreja colonial edificada no século XVI, representam o elo local da globalização ao formarem a base do comércio informal da capital La Paz (foto do autor).

Cerca de 74% dos mais de 8 milhões de bolivianos vivem nos Andes e vales andinos⁸. As montanhas que cercam os altiplanos representam enorme dificuldade para a construção de estradas vicinais, ao fornecimento de energia elétrica e telecomunicações, e para a universalização dos serviços básicos:

“Como a altitude é a causa da diversidade geográfica boliviana, as diferenças de altitude também contribuíram para os custos relativamente altos dos transportes. Em razão da topografia altamente montanhosa, é caro construir estradas nas regiões andina e subandina. A fragilidade do solo e as chuvas abundantes também encarecem a construção, e em especial a manutenção de estradas confiáveis na região de planície. A combinação desses fatores faz que, uma vez construídas as estradas, os custos de transporte sejam na verdade mais baixos na região andina que na região de planície. Além de tudo, a Bolívia tem a menor densidade rodoviária (quilômetros por milhão de habitantes) entre todos os países sul-americanos”

(GALLUP et alii, 2007, p. 95).

Assim, chegar até La Paz é sempre uma aventura quando se parte do oriente boliviano. É somente a partir dos anos 1950 que a cidade de Santa Cruz de La Sierra, principal centro urbano e agroindustrial do Departamento de Santa Cruz, ganha uma

⁸ Desde a década de 1950, a região de planície do Departamento de Santa Cruz vem ampliando sua participação no conjunto populacional boliviano, principalmente pela atração de movimentos migratórios da região andina. A primazia urbana de La Paz diminuiu de quase 40% em 1950 para apenas 29% em 2001 (GALLUP et alii, 2007). O declínio da produção mineira nas últimas décadas tem acentuado o empobrecimento também da região subandina, notadamente da famosa Potosi e de Oruro, mas também de Sucre.

rodovia até Cochabamba, permitindo chegar até La Paz, e daí aos portos do Pacífico. Mas a ligação rodoviária entre Santa Cruz de La Sierra e a fronteira brasileira (Corumbá), velha reivindicação regional, somente agora que está sendo construída.

Enquanto a estrada não é finalizada, o único caminho partindo do Brasil é por trem. Ao cruzar determinadas áreas de Santa Cruz, funcionários da companhia alertam para “*cerrar las ventanas*” devido aos freqüentes apedrejamentos de partidários da autonomia regional. É bastante comum encontrarmos pessoas vestindo camisetas estampando o dizer “*Autonomia: sí*”. A geografia física (planícies de clima tropical úmido) e a geografia humana (predominância de grupos indígenas diversos dos andinos) são fatores mencionados pelos defensores da autonomia do Departamento de Santa Cruz, que desde meados da década de 1990 “*passou a contribuir com mais do que aquilo que recebia em termos de recursos públicos*” (GALLUP et alii, 2007, p. 98).

Curiosamente, o *boom* econômico experimentado por Santa Cruz foi estimulado pelo poder central à partir das décadas de 1940-50 quando, visando a integração regional do Oriente ao Altiplano, abriu estradas e orientou empréstimos pelo banco agrícola do Estado para empreendimentos rurais na região (GALLUP et alii, 2007). Felizmente, a decisão brasileira de viabilizar a ligação rodoviária com Santa Cruz de La Sierra tem evitado mais uma capitalização política do discurso de “abandono” e “descaso” do poder central para com a região, bem como procurado demonstrar aos países vizinhos que não se repetirá um novo Acre⁹.

Os capitais brasileiros transformaram a paisagem do Departamento de Santa Cruz, que experimenta as mais elevadas taxas de crescimento econômico da Bolívia através do desenvolvimento da produção agrícola em larga escala (arroz, algodão, cana-de-açúcar e soja) e da agroindústria. As exportações bolivianas de petróleo e gás natural para o Brasil também ocorrem por Santa Cruz (cortada pelo Gasbol), que representam insumos energéticos estratégicos para o parque industrial brasileiro.

⁹ O território boliviano do Acre foi incorporado ao Brasil no início do século passado, sob justificativa de a região ser habitada por seringalistas brasileiros. Mais recentemente, o Departamento de Pando – vizinho a Santa Cruz – também foi “invadido” por lavas de seringalistas brasileiros, (estimativas apontam quase 30 mil brasileiros na região), despertando entre os bolivianos temores de nova perda territorial na região amazônica.

A base social do sentimento nacionalista e indigenista boliviano que levou Evo Morales e o MAS - *Movimento al Socialismo* - ao poder está nos altiplanos de La Paz. O próprio Evo é um *aymara* orgulhoso, de índole bastante simples e honesta. Os altiplanos dos *aymaras*, juntamente com as regiões de mineração dominadas pelos *quichuas*, formam também a base socioterritorial do anti-imperialismo boliviano, contra os interesses estadunidenses, europeus e brasileiros na exploração das riquezas naturais do país. Todo boliviano é orgulho das riquezas naturais de seu país, e acredita que as empresas estrangeiras desejam manter o país pobre para obterem preços mais baixos para a exploração dessa riqueza.

Embora com aspirações variadas, os distintos grupos sociais mobilizados em torno do MAS defendem a nacionalização e valorização da produção mineral e de hidrocarbonetos, episódio que levou diversas empresas petrolíferas estrangeiras a deixarem o país, inclusive a brasileira Petrobras. Outro ponto comum ao MAS é a defesa da “revolução boliviana”, que exige exorcizar o passado colonial que disseminou o mito da “incapacidade” dos povos indígenas de se auto-governarem. O resgate da história e dos “mitos de origem” é particularmente forte entre os *aymaras*, e as ruínas incas encontradas no Lago Titicaca (mais alto do mundo) e considerado na cultura indígena pré-colombiana como centro do universo, explicam a crença local de que a mitológica Atlântida se encontra oculta sob suas águas¹⁰.

É dessa forte e independente base social - indigenista e anti-imperialista - que reside a diferença entre Evo Morales e Hugo Chávez. Enquanto o líder venezuelano busca reeditar um modelo desenvolvimentista nacional de cima para baixo, dependendo do apoio dos oficiais militares de baixa patente e de seu discurso populista entre a população mais pobre, Morales é amparado por um genuíno movimento social popular e fortemente organizado. Isto explica a ampla reforma agrária em curso na Bolívia, baseada em desapropriações sem indenização (via totalmente diferente, por exemplo, da adotada pelo Brasil de Lula) para que os indígenas voltem a ter suas terras. O próprio Judiciário boliviano foi reorganizado de forma a ceder poderes para a tradição comunitária local, beneficiando especialmente as aldeias *aymaras* ainda isoladas nos

¹⁰ Quando o famoso oceanógrafo francês Jacques Cousteau esteve no Lago Titicaca, encontrou sob suas águas turvas apenas sinais de decomposição de uma densa floresta antiga.

altiplanos¹¹. E quando as instituições políticas se reinventam para dar voz e vez aos costumes e demandas populares, estamos indiscutivelmente diante de uma verdadeira revolução.

A nova Constituição Boliviana não foi tarefa simples, contando com férrea oposição dos autonomistas regionais e da elite econômica ligada aos interesses estrangeiros e que temem a rigidez da nova regulamentação do setor de mineração e hidrocarbonetos. Um golpe de Estado não é possibilidade afastada, uma vez que já foram cerca de 200 ao longo da vida política do país. Mas o *Movimento al Socialismo* quer edificar uma via política inteiramente nova, baseada no nacionalismo indígena dos povos bolivianos e não na globalização perversa de sotaque estadunidense, europeu e brasileiro.



legenda: Hugo Chávez (à direita da foto) discursa na posse de Evo Morales (à esquerda), primeiro presidente indígena da história boliviana, ambos com trajes típicos dos índios andinos (foto: www.cubaencuentro.com).

Considerações Finais

O processo político boliviano é fortemente marcado pela participação popular indígena, cujas organizações sociais fundamentam as ações do MAS e do presidente

¹¹ Até mesmo o antigo e disseminado hábito indígena de mascar e beber chá de folhas de coca para vencer o cansaço e os efeitos da altitude foi legalizado no país, medida duramente criticada pelo governo estadunidense que teme o fortalecimento dos grupos cocaleiros locais.

Evo Morales. A experiência revolucionária boliviana transforma profundamente as estruturas socioeconômicas e jurídico-políticas do país, nisso diferenciando-se dos demais casos andinos que tem destacado apenas o nacionalismo econômico.

Invariavelmente, todas as experiências políticas em curso na região trazem um maior controle do Estado especialmente sobre recursos minerais e petróleo e infraestrutura. Mas nem Bolívia nem os demais países latino-americanos comandados pela nova esquerda sinalizam mover-se estrategicamente no sentido de romper com a dependência tecnológica da região, ao contrário, o fosso tecnológico que separa Norte e Sul não para de ampliar-se. Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de experiências ainda difusas de elaboração de alternativas ao modelo neoliberal e sua manifesta incapacidade em promover nova onda de inclusão social nos países latino-americanos. Com o acirramento da competição regional por investimentos estrangeiros a partir do fim da Guerra Fria, a América Latina não tem mais o monopólio da bandeira do desenvolvimentismo no mundo subdesenvolvido.

Mas o ponto de maior fragilidade do governo de Evo Morales repete o de todos os governos anteriores: a herança de um país marcado por sua diversidade geográfica e social. As tensas relações sociais e políticas bolivianas podem ser sintetizadas nas disputas de poder entre seus três principais centros urbanos, cada um representando uma região geográfica: Santa Cruz de La Sierra é o centro econômico da planície, Cochabamba (divide com Sucre) a primazia sobre a região de mineração e vales subandinos, e La Paz por seu incontestado domínio nos altiplanos e rota para o Pacífico. Os recursos naturais de cada região e as etnias indígenas diversas representam fonte de poder para as elites políticas locais e instrumentos de barganha junto ao poder central, ora ocupado pelo revolucionário *aymara* Morales.

REFERÊNCIAS

BRIGAGÃO, Clóvis. *O caso SIVAM*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1996.

FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. In: *Revista Oikos – Revista de Economia Ortodoxa*. Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, 2007, p. 77-105.

GALLUP, John Luke. *Geografia é destino?: lições da América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

KURZ, Robert. *Marx Lesen*. Frankfurt/Main: Eichborn, 2001.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (1845).

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.